

# DIÁRIO DO GOVÊRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO - \$56

Toda a correspondência, quer ciicial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Diário do Goofrao, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Macional. As publicações literárias de que se recebam 3 exemplares anunciam-se gratuitamento.

ASSINATURAS	
As 8 séries Ano 50#	Semestre 28500
A 1.4 série 308 A 2.4 série 208	• · · · · · · 18800 • · · · · · 14800
A 3." serie 10/3	10800
Avulso: Número de duas páginas 515:	
de mais de duas páginas 408 por cada duas páginas	

O preço dos anúncios (pagamento adlastado), 6 de 560 a linha, acrescido de 503 de sélo por cada um. Exceptuam-se os casos previstos nos 55 1.º e 2.º de artigo 3.º da lei n.º 1:048, publicada na Diário do Gostruo n.º 169, 1.º sério, 81.-vzz.-1920.

# SUMÁRIO

#### Ministério da Guerra:

Decreto n.º 8:859 — Abre um crédito especial da quantia de 40.000\$ para ocorrer à despesa com o Tribunal Mixto Militar Territorial e de Marinha, criado nos termos da lei n.º 1:291, de 24 de Julho de 1922.

#### Ministério da Marinha:

Portaria n.º 3:313 - Altera as lotações dos contra-torpedeiros.

#### Ministério das Colónias:

Decreto n.º 8:360 — Aprova a ordem n.º 4:298, de 10 de Janeiro de 1922, de Govêrno do território sob a administração da Companhia de Moçambique, publicada no sen Boletim n.º 2, de 16 do referido mês, que determina seja posta em vigor na Circunscrição de Chimoio a ordem do mesmo Govêrno, n.º 3:128, de 1910.

## Ministério do Trabalho:

Portaria n.º 3:314 — Autoriza a Companhia de Seguros Indemnizadora, com sede no Pôrto, a substituir por 510 obrigações do empréstimo português de 1888 e 1889 de 4½ por cento os valores que constituem o seu depósito de garantia.

Portaria n.º 8:315— Determina que a importância do subsídio de 300\$, concedido à Junta de Freguesia de Queirã, concelho de Vouzela, pela portaria n.º 2:321, de 14 de Junho de 1920, para reparações do caminho do Paço, seja aplicada à reparação do lanço do caminho de Vasconha à igreja de Queirã, lanço compreendido entre a estrada nacional e a Quinta do Paço.

#### Ministério da Agricultura:

Decreto n.º 8:361 — Aprova o regulamento para o comércio de trigos e dos produtos das indústrias da moagem e panificação do mesmo cereal.

### MINISTÉRIO DA GUERRA

5.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

## Decreto n.º 8:359

Com fundamento na última parte do artigo 6.º da lei n.º 1:291, de 24 de Julho de 1922, sob proposta do Ministro da Guerra, tendo ouvido o Conselho de Ministros e com as prescrições da alínea a) do n.º 2.º do artigo 13.º do regimento do Conselho Superior de Finanças: hei por bem decretar que no Ministério das Finanças seja aberto um crédito especial de 40.000% a favor do Ministério da Guerra, o qual será registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e inscrito na despesa extraordinária da tabela orçamental do segundo

daqueles Ministérios para o ano económico de 1922-1923, onde constituïrá o capítulo 15.º, sob a seguinte rubrica: «Despesa com o Tribunal Mixto Militar Territorial e de Marinha, criado nos termos da lei n.º 1:291, de 24 de Julho de 1922».

Este crédito foi julgado nos termos de ser decretado pelo Conselho Superior de Finanças.

O Presidente do Ministério e os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 25 de Agosto de 1922.— Antonio José de Almeida — António Maria da Silva — João Catanho de Meneses — António Xavier Correia Barreto — Vitor Hugo de Azevedo Coutinho — Eduardo Alberto Lima Basto — Alfredo Rodrigues Gaspar — Augusto Pereira Nobre — Vasco Borges — Ernesto Júlio Navarro.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

Repartição do Pessoal

#### Portaria n.º 3:313

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que as lotações dos contra-torpedeiros, na parte respeitante aos comandantes, passe a ser a seguinte:

Capitão de fragata ou capitão-tenente. . . . . . .

Paços do Governo da República, 1 de Setembro de 1922.—O Ministro da Marinha, Vitor Hugo de Azevedo Coutinho.

# MINISTÉRIO DAS COLONIAS

Direcção Geral das Colónias do Oriente

1.ª Reparticão

#### Decreto n.º 8:360

Atendendo ao que me representou a Companhia de Moçambique e usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituïção Política da República Portuguesa: hei por bem, aprovar a ordem n.º 4:298, de 10 de Janeiro do ano corrente, do governo do território sob a administração da Companhia de Moçambique, publicada no seu Boletim n.º 2, de 16 do referido mês de